

Mirian Célia Castellain Guebert  
Valquiria Elita Renk  
Jaci de Fátima Souza Candiotto  
Clélia Peretti  
(Organizadoras)

# Desafios da educação

*direitos humanos  
e transcendência*

Mirian Célia Castellain Guebert  
Valquiria Elita Renk  
Jaci de Fátima Souza Candiotto  
Clélia Peretti  
(Organizadoras)

# Desafios da educação

*direitos humanos  
e transcendência*

 PUCPRESS  
2022

© 2022, Mirian Célia Castellain Guebert, Valquiria Elita Renk, Jaci de Fátima Souza  
Candiotto e Clélia Peretti  
2022, PUCPRESS

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

### **Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)**

#### **Reitor**

Ir. Rogério Renato Mateucci

#### **Vice-Reitor**

Vidal Martins

#### **Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Paula Cristina Trevilatto

#### **PUCPRESS**

**Coordenação:** Michele Marcos de Oliveira

**Edição:** Susan Cristine Trevisani dos Reis

**Edição de arte:** Rafael Matta Carnasciali

**Preparação de texto:** Juliana Sant'Ana e

Juliana Almeida Colpani Ferezin

**Revisão:** Kristhine Kathym dos Santos da Silva

**Capa e projeto gráfico:** Rafael Matta Carnasciali

**Diagramação:** PUCPRESS

#### **Conselho Editorial**

Alex Vicentim Villas Boas

Aléxei Volaco

Carlos Alberto Engelhorn

Cesar Candiotto

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Cloves Antonio de Amissis Amorim

Eduardo Damião da Silva

Evelyn de Almeida Orlando

Fabiano Borba Vianna

Katya Kozicki

Kung Darh Chi

Léo Peruzzo Jr.

Luis Salvador Petrucci Gnoato

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Rafael Rodrigues Guimarães Wollmann

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Suyanne Tolentino de Souza

Vilmar Rodrigues Moreira

#### **PUCPRESS / Editora Universitária Champagnat**

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Câmpus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. +55 (41) 3271-1701

pucpress@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Sônia Maria Magalhães da Silva - CRB 9/1191

---

D441  
2022 Desafios da educação, direitos humanos e transcendência / organizadores:  
Mirian Célia Castellain Guebert ... [et al.]. – Curitiba: PUCPRESS, 2022.  
242 p. ; 23 cm

ISBN: 978-65-87802-36-7  
ISBN: 978-65-5385-019-4 (e-book)  
Vários autores  
Inclui bibliografias

1. Educação. 2. Transcendência (Filosofia). 3. Direitos humanos. 4.  
Educação inclusiva. 5. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. I. Guebert,  
Mirian Célia Castellain

22-120

CDD 20. ed. – 370

---

# Sumário

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
-----------------------	---

*Mário Luiz Ramidoff*

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
---------------------------	---

*Clélia Peretti, Jaci de Fátima Souza Candiotto, Mirian Célia Castellain Guebert e Valquíria Elita Renk*

## **PARTE I – TRANSCENDÊNCIA, EMPATIA, EDUCAÇÃO**

1. A identidade da Universidade Católica como exigência de transcendência: aportes de Gabriel Marcel ..... 15  
*José André de Azevedo*
2. Empatia e educação nos escritos de Edith Stein .....31  
*Clélia Peretti*
3. Enraizamento e atenção segundo Simone Weil: conceitos para uma abertura educacional por meio da inserção social.....54  
*Andréia Cristina Serrato*
4. O elemento fé no processo educativo em Edith Stein.....69  
*Franciscarlo de Souza*
5. A banalidade do mal em Hannah Arendt e a violência de gênero: uma análise da possível correlação entre os fenômenos .....87  
*Jasmine Monteiro, Sarah Francine Schreiner e Jaci de Fátima Souza Candiotto*

## **PARTE II – DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS**

1. Espiritualidade e educação: um compromisso para com a pessoa com deficiência ..... 103  
*Sueli Maria Tobias Siqueira*
2. A importância da educação (Inclusiva) para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho ..... 113  
*Camilla Martins dos Santos Benevides e Mirian Célia Castellain Guebert*
3. A realidade nas políticas públicas de inclusão ..... 126  
*Diesley Patrick Moraes e Mirian Célia Castellain Guebert*
4. A efetivação dos direitos humanos como saber escolar ..... 145  
*Valquíria Elita Renk, Deyse Felix e Andrea Claudia Volpato*

## **PARTE III – EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS**

1. A população negra e a educação brasileira .....165  
*João Henrique de Souza Arcoverde e Mirian Célia Castellain Guebert*

2.	Políticas públicas em educação: o impacto na melhoria das condições de vida da população brasileira e sua correlação com a garantia de direitos fundamentais .....	181
	<i>Paulo Vinícius Prestía Custódio e Jaci de Fátima Souza Candiotto</i>	
3.	Programas de apoio ao discente na educação superior: saúde mental em foco.....	193
	<i>Beatriz Gomes Vaz e Mirian Célia Castellain Guebert</i>	
4.	A educação durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985): uma análise por meio dos Arquivos DOPS contra as instituições de ensino e entidades de representação de classe dos professores paranaenses .....	210
	<i>Júlia Aliot da Costa Ilkiu, Cristiane Aparecida Stoeberl e Valquíria Elita Renk</i>	
5.	Ensino de meio ambiente: experiência na interface entre bioética e direitos humanos .....	227
	<i>Juliana Siqueira dos Reis, Janete Dubiaski-Silva e Thiago Rocha da Cunha</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>		<b>238</b>

## PREFÁCIO

A professora Mirian Célia Castellain Guebert gentilmente me presenteou com o convite para prefaciar a presente obra, que, na verdade, é a consolidação objetiva dos estudos, pesquisas e extensões universitárias então levados a cabo nos cursos e programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Teologia, Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná por meio dos seus grupos e projetos de pesquisa.

O livro é mais do que propriamente uma ousadia, na verdade o seu conteúdo é desafiador e prospectivo a uma pedagogia emancipatória, a qual é orientada para uma educação democratizante, que sobretudo proporciona um conhecimento para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva (emancipação subjetiva).

A transdisciplinaridade que caracteristicamente pauta toda a obra está para além da proposta metodológica que orienta os escritos, pois, por meio da transversalidade discursiva, não só se propõe a discutir questões contemporâneas vinculadas às liberdades públicas, mas traz à baila reflexões teórico-pragmáticas constitutivas e estruturantes para a permanência dos estudos e pesquisas acerca da educação cidadã.

A educação cidadã constitutiva e estruturante, para além da transcendentalidade e empatia, projeta-se principalmente como um importante instrumento de inclusão social e uma das mais importantes práticas educacionais inclusivas em prol da efetivação dos direitos humanos pela construção de um saber socialmente consequente.

Por isso mesmo, a educação cidadã e emancipatória também deve estar nas agendas públicas contemporâneas e, assim, ocupar o lugar central das políticas sociais públicas específicas, isto é, destacadamente, das formulações legislativas relacionadas às dotações e às execuções orçamentárias, que sobretudo vinculem os gestores públicos em todos os níveis de governo.

O consequencialismo educacional deve proporcionar uma (re)organização estrutural e funcional que determine aos poderes públicos a previsão política, orçamentária e pessoal de apoio institucional (do Estado) às entidades educacionais em prol das liberdades públicas, isto é, dos interesses coletivos e indisponíveis, dos direitos individuais e coletivos e das garantias fundamentais que se encontram objetivamente consignados na Constituição da República de 1988.

Enfim, a educação não é só um ato de ensino, mas, verdadeiramente, um compromisso pessoal com o “Outro”, um desafio de respeito e, portanto, de ter

coragem de ser comunitariamente responsável pela emancipação subjetiva individual e coletiva de pessoas e segmentos sociais que são diuturnamente vulnerabilizados precisamente por não terem acesso ao conhecimento.

Curitiba, fevereiro de 2020.

**Mário Luiz Ramidoff**

Mestre (PPGD-UFSC) e Doutor (PPGD-UFPR)

Estágio pós-doutoral (PPGD-UFSC)

Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado) do Centro  
Universitário Internacional (PPGD-UNINTER) e da UNICURITIBA

Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

# APRESENTAÇÃO

O livro que você tem em mãos é o resultado de pesquisas desenvolvidas em diferentes programas de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Objetivamos com esta obra, além de disseminar a produção científica, difundir no meio acadêmico e na sociedade os esforços da pesquisa interdisciplinar desenvolvida por professores e estudantes da instituição.

As rápidas transformações no mundo contemporâneo, os avanços tecnológicos e os meios de comunicação que configuram a sociedade virtual e as formas de trabalho, as novas demandas de temas como transcendência, empatia, educação, espiritualidade, direitos humanos, bioética, práticas inclusivas e de cuidado, políticas de formação profissional mais justas e humanizadas incidem fortemente nas instituições educativas, desafiando-as a promover processos de transformação social e construção democrática efetiva da educação. A transição paradigmática das escolas, das universidades, de suas práticas e culturas requer uma educação voltada à pessoa como sujeito histórico e de direitos capaz de um desenvolvimento integral.

Em 2020, a pandemia da Covid-19 impactou de forma significativa a educação, o trabalho, a convivência, o lazer e impôs novas formas de convivência e de acesso à educação. Porém, ainda persiste o grande desafio, que é educar para um desenvolvimento humano integral, cultural e tecnológico, a fim de que crianças, jovens e adultos adquiram condições de responder não só às imposições do mundo contemporâneo, mas também às exigências de um projeto de vida pessoal.

Os capítulos desta obra estão articulados nessa perspectiva. Sua organização fornece reflexões em diferentes aspectos: legais, políticas, religiosas, educacionais e dos direitos humanos em suas práticas e vivências cotidianas.

A obra está organizada em três eixos subsidiados por teorias e práticas.

## Parte I – transcendência, empatia, educação

A composição deste eixo conta com cinco capítulos, os quais discutem teoricamente conceitos de transcendência, empatia e educação como elementos indispensáveis no processo formativo e integrativo da pessoa humana.

O autor do capítulo “A identidade da universidade católica como exigência de transcendência: aportes de Gabriel Marcel”, José André de Azevedo,

discute a identidade da Universidade Católica como comunidade formativa e de investigação e enfatiza a dimensão transcendental como aspecto identitário por excelência. Para entender essa dimensão de transcendentalidade, busca no autor francês, Gabriel Marcel, fundamentar sua reflexão, ressaltando o existir humano não como um sistema fechado, mas como um ser para a transcendência. Destaca ainda que participamos da existência e, portanto, também somos chamados a transcendê-la. Para José André de Azevedo, a identidade da Universidade Católica consiste na sua postura dialógica, na qual está implícita a “exigência de transcendência”. É da natureza da identidade de uma instituição de educação superior católica fomentar a aproximação e o diálogo entre os diferentes, bem como fomentar a experiência de transcendência.

No capítulo “Empatia e educação nos escritos de Edith Stein”, Clélia Peretti apresenta-nos, sob a perspectiva fenomenológica steiniana, o tema da empatia como elemento essencial para uma experiência educacional verdadeiramente transformadora. A autora do referido capítulo apresenta seu texto em dois momentos: no primeiro, situa o tema da empatia na pesquisa de Edith Stein, percorrendo sobretudo sua tese de doutorado, e no segundo, discorre sobre empatia e educação com base na análise fenomenológica. Ressalta, por conseguinte, que educar para a empatia é despertar as possibilidades humanas de abertura ao outro e de viver o processo de aprendizado de forma intersubjetiva. O sentido profundo do itinerário educativo proposto por Edith Stein consiste em reconhecer o outro como pessoa, a fim de que esta possa realizar-se como tal, em vista de sua participação total no Ser Infinito. Para que essa conquista se realize é necessário um caminho formativo que contribua para atualizar e desenvolver aquilo que no ser individual está inscrito como possibilidade de realização de um desígnio criador que dá forma e vida.

Nas discussões do capítulo “Enraizamento e atenção segundo Simone Weil: conceitos para uma abertura educacional por meio da inserção social“, a autora, Andreia Cristina Serrato, apresenta-nos uma perspectiva weiliana sobre o processo educativo no contexto atual em que se assiste, por vezes, a supressão de elementos culturais significativos por um processo de massificação cultural. O conceito de *enraizamento e atenção* de Simone Weil são apontados como caminhos possíveis de abertura por meio da participação em uma realidade concreta que possa conduzir para uma educação em que o ser humano será afetado pela realidade que o cerca, saindo de seu individualismo.

O capítulo “O elemento fé no processo educativo em Edith Stein”, de Franciscarlo de Souza, aborda o pensamento steiniano como proposta de educação que supera sua dimensão pragmática por uma formação que leve em conta a totalidade do ser humano. O autor chama a atenção para o contexto de vivência de uma espiritualidade individualista e que pode ser prejudicial para a afirmação de valores

que constroem relações verdadeiramente humanas. Dessa forma, busca-se na experiência de fé vivida por Edith Stein uma sinalização do quanto a fé do ser humano pode ser um elemento transformador. Educar, em Edith Stein, não é formar pessoas para as necessidades sociais, econômicas, humanas, mas para aquilo que Deus deseja de cada indivíduo e para que, diante das diversas realidades, o ser humano possa, em sua liberdade e potencialidades, transformá-las.

As autoras Jasmine Monteiro, Sarah Francine Schreiner e Jaci de Fátima Souza Candioto, no capítulo “A banalidade do mal em Hannah Arendt e a violência de gênero: uma análise da possível correlação entre os fenômenos”, propõem uma reflexão sobre a “banalidade do mal”, conceito cunhado por Hannah Arendt no contexto do Holocausto, e o correlacionam com a violência de gênero do momento contemporâneo. Em ambos os contextos, a banalização do mal possibilitou, e possibilita, violar direitos e acarretar grandes prejuízos, pessoais e sociais, dificultando a luta, dada a força histórico-cultural que sustenta a desigualdade de gênero.

## Parte II – Direitos humanos e práticas inclusivas

A segunda parte do livro discute e analisa as práticas que efetivam os processos inclusivos nos diferentes segmentos sociais. Nos anos de 2020 e 2021, a pandemia da Covid-19 evidenciou o fato de que a Educação é um Direito Humano e seu acesso é uma exigência da sociedade e uma responsabilidade do Estado.

O capítulo denominado “Espiritualidade e educação: um compromisso para com a pessoa com deficiência”, escrito por Sueli Maria Tobias Siqueira, *tece* reflexões sobre a espiritualidade e seu enfrentamento para a promoção da qualidade de vida das famílias, especificamente das que são constituídas de pessoas com deficiência intelectual. A discussão aborda aspectos conceituais sobre a verdade, o bem, a beleza, a justiça como valores da vida humana que se manifestam no dia a dia.

No capítulo “A importância da educação (inclusiva) para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho”, as autoras, Camilla Martins dos Santos Benevides e Mirian Célia Castellain Guebert, discutem a atuação profissional da pessoa com deficiência, considerando o trabalho e a educação como ferramentas fundamentais para os processos de inclusão de todas as pessoas reconhecidas como sujeitos de direitos que necessitam ser observados e garantidos pelo Estado, a fim de permitir que eles consigam exercer sua cidadania de modo autônomo, independente, além de potencializar o respeito às diferenças e minimizar as desigualdades.

No capítulo “A realidade nas políticas públicas de inclusão”, escrito por Diesley Patrick Moraes e Mirian Célia Castellain Guebert, organizado com base em dados de pesquisa de Iniciação Científica, aponta para a necessidade de debates para a efetivação das políticas públicas voltadas à educação inclusiva de estudantes com diferentes necessidades. O texto alerta para a necessidade eminente do processo inclusivo entre as pessoas com deficiência que estão regularmente matriculadas na educação básica. Os dados expressam inúmeras situações da realidade educacional, que de modo inconsciente afeta o não significado do processo inclusivo. Logo, programas de atendimento aos discentes na educação básica caracterizam-se por espaços complexos, desqualificados, impeditivos, embora, por outro lado, sejam relevantes, únicos e essenciais para lidar com a transformação social. A contradição dos dados, nesse contexto, é elemento essencial da discussão.

O último capítulo desse eixo, e não menos importante, “A efetivação dos direitos humanos como saber escolar”, escrito por Valquíria Elita Renk, Deyse Felix e Andrea Claudia Volpato, visa analisar quais são os saberes propostos sobre/em direitos humanos na educação básica subsidiados pelo marco normativo nacional e internacional, considerando os aspectos históricos. Os dados apresentados no texto são analisados na perspectiva interdisciplinar e revelam que não obstante a incorporação de saberes nos diferentes níveis de ensino, prevalece ainda o combate às formas de discriminação e a luta por uma educação em direitos humanos. O capítulo mostra que, em contexto pandêmico, mais do que nunca, a educação em direitos humanos precisa ser implementada em todos os níveis de ensino.

### Parte III – Educação em e para os direitos humanos

A terceira parte do livro aborda temas como a população negra e as políticas de educação atual, na perspectiva histórica, e a questão ambiental, na perspectiva interdisciplinar entre bioética e direitos humanos. A pandemia da Covid-19, vivenciada em todo o mundo, trouxe impactos de ordem econômica, social, afetiva, espiritual e psicológica. Ela afastou e até excluiu direitos à educação de populações em situação de vulnerabilidade. Portanto, nessa parte do livro, ao discutirmos políticas públicas educacionais, propomos o enfrentamento de questões socioeducacionais que por muito tempo foram invisibilizadas, mas que precisam garantir a dignidade e os direitos humanos.

No capítulo “A população negra e a educação brasileira”, os autores, João Henrique de Souza Arcoverde e Mirian Célia Castellain Guebert, analisam as expressões do preconceito racial, muitas vezes velado, no Brasil. Argumentam que,

no século XXI, não é possível silenciar socialmente a resistência negra, pois esta é fortalecida pelos movimentos negros que denunciam rotineiramente as desigualdades e a violência institucional cometida contra a população negra. A questão educacional não é desvinculada das questões socioeconômicas e, portanto, uma das violações de direitos que ocorrem na desigual sociedade brasileira é a que se reflete no acesso e na permanência dos afrodescendentes no sistema educacional. Em perspectiva histórica, os autores apresentam os dados desse processo de exclusão social e escolar. Indicam que essa situação passa a ser reconhecida pelo Estado quando estabelece a obrigatoriedade da temática da história e da cultura afro-brasileiras e dá outras providências, ao aprovar a Lei Federal n.º 10.639 como resposta às lutas e organização da população negra na busca de sua valorização e respeito.

No capítulo “Políticas públicas em educação: o impacto na melhoria das condições de vida da população brasileira e sua correlação com a garantia de direitos fundamentais”, os autores, Paulo Vinícius Prestía Custódio e Jaci de Fátima Souza Candioto, abordam uma política de acesso ao ensino superior em vigência desde 2005, que é o Programa Universidade para Todos (Prouni). O capítulo faz uma avaliação dessa política, especialmente na perspectiva da inclusão social e educacional, também do ganho de capital cultural e em prazo mais longo, e da construção de uma sociedade mais justa e democrática. Os autores discutem a importância da garantia do direito do ser humano à educação, especialmente o acesso à educação superior, que possibilita que milhares de jovens, ao concluir o curso universitário, consigam ‘romper’ a linha da pobreza socioeconômica e a situação de vulnerabilidade social a que estavam expostos, e tenham acesso à educação universitária, ao saber científico e uma vivência institucional que lhes garanta mobilidade social e cultural. Afinal, a educação é um caminho para a efetivação dos direitos humanos.

No capítulo intitulado “Programas de apoio ao discente na educação superior: saúde mental em foco”, as autoras, Beatriz Gomes Vaz e Mirian Célia Castellain Guebert, abordam, em perspectiva interdisciplinar, a questão da saúde e da educação como direitos fundamentais. O presente estudo trata das políticas educacionais direcionadas à avaliação e à qualidade das instituições de educação superior, especialmente no que diz respeito à presença de programas de apoio ao discente. A metodologia de pesquisa baseia-se na pesquisa documental e na seleção das 15 universidades do Estado do Paraná (públicas e privadas) e prossegue com a técnica de análise de conteúdo dos sítios da web dessas universidades, na tentativa de compreender como funcionam os serviços e refletir sobre o público contemplado nas ações de apoio aos estudantes.

No capítulo intitulado “A educação durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985): uma análise por meio dos Arquivos DOPS contra as instituições

de ensino e entidades de representação de classe dos professores paranaenses”, as autoras, Júlia Aliot da Costa Ilkiu e Cristiane Aparecida Stoeberl e Valquiria Elita Renk, analisam, em perspectiva histórica, um período de violência e violação dos direitos humanos por parte do Estado. Para tanto, estudam os dossiês dos arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) com foco nas ações do Estado de vigilância, controle, coação e punição dos sujeitos e instituições educacionais (escolas, universidades, associações de professores) que tinham posições contrárias ao regime político e à Lei de Segurança Nacional (LSN). As autoras abordam também as táticas dos sujeitos processados, analisando os documentos de cada dossiê, que revelam as maneiras de fazer seus movimentos reivindicatórios sem serem acusados de “inimigos do Estado”. Cada recorte de jornal, cada ficha individual, cada relatório do agente da DOPS mostra como era o processo de controle sobre as ações políticas dos processados. O capítulo revela um período sombrio da história brasileira, mas o acesso aos Arquivos e Dossiês DOPS garante o direito à construção de uma memória coletiva.

No capítulo intitulado “Ensino de meio ambiente: experiência na interface entre bioética e direitos humanos”, os autores, Juliana Siqueira dos Reis, Janete Dubiaski-Silva e Thiago Rocha da Cunha, discutem, em perspectiva interdisciplinar, a questão ambiental presente na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (Artigos 16 e 17) e nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos. Analisam a importância da temática ambiental e sua inclusão nos documentos norteadores da educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais na década de 1990, e também sua inclusão na Base Nacional Comum Curricular. Nesse contexto, convidam o leitor a refletir sobre a sociedade contemporânea, pautada em altos índices de consumo, exploração e uso inconsciente dos recursos naturais. Como proposta de inclusão escolar da temática, propõem o uso da metodologia RPG (*Roleplaying Game*), que é um jogo de interpretação de papéis, no intuito de, a partir de narrativas, simulações de situações dentro da realidade do jogo e discussão de possíveis soluções para os dilemas que surgem, estimular a imaginação do discente, a interação colaborativa e a apreensão interdisciplinar de conteúdos formais.

### **As Organizadoras**

Clélia Peretti

Jaci de Fátima Souza Candiotto

Mirian Célia Castellain Guebert

Valquiria Elita Renk

Curitiba, 4 de novembro de 2019.



**PARTE I**

**EDUCAÇÃO, EMPATIA,  
TRANSCENDÊNCIA**

# A IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE CATÓLICA COMO EXIGÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA: APORTES DE GABRIEL MARCEL

*José André de Azevedo*

## **Introdução**

Em geral, classificamos e apreciamos uma árvore pelas folhas, pela beleza das flores e pelo sabor dos frutos. Os cientistas, porém, descobriram que o tronco possui condições de contar toda a história da árvore; é o tronco quem realmente revela sua identidade. Secionado o tronco, os seus anéis colocam às claras, como um livro aberto, não só a idade, mas a maior ou menor presença de sais minerais no solo, revela se, e como, ela suportou períodos de seca e de chuvas, de calor e de frio.

Em suma, no tronco, encerram-se todos os desafios que a planta, dia após dia, enfrentou para sobreviver e se realizar. Ora, de modo semelhante, podemos considerar a vida de uma instituição de educação: nosso olhar não deve estar no aparato externo, mas naquilo que realmente conta e confere sentido: seu “tronco”, seu jeito próprio de ensinar e aprender, sua identidade.

No português moderno, a palavra “identidade” pode ser definida como a qualidade do que é idêntico ou o conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e, por meio das quais, é possível individualizá-la. Assim, identidade pode significar a “essência”, parte central que se mostra mais constante e a partir da qual o objeto é identificado. Dessa maneira, a identidade de uma universidade católica deve ser compreendida, em primeiro lugar, não como mera confessionalidade – mesmo que esta seja parte estruturante de sua identidade –, mas como “modo de ser”, o qual é profundamente marcado por sua confessionalidade.

A identidade da universidade católica, por conseguinte, está fundamentada em sua própria razão de ser, como nos relembra o Papa João Paulo II ao fazer referência a uma carta de 1255, do Papa Alexandre IV, à Universidade de Paris: “[...] por sua vocação, a *Universitas Magistrorum et Scholarum* consagra-se à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes, livremente reunidos com seus mestres no mesmo amor do saber [...]” (JOÃO PAULO II, 1991, 1).

Uma universidade católica vê-se, em primeiro lugar, como uma comunidade que ama o saber e se consagra à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes. Como “universidade”, trata-se de uma comunidade acadêmica que, de modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e o desenvolvimento da dignidade humana e, igualmente, para a recepção e a interpretação do patrimônio cultural; como “universidade católica”, cumpre suas funções conforme uma antropologia e uma compreensão de mundo profundamente baseadas nos valores do Evangelho e na tradição cristã.

Apresentada, de modo amplo, a compreensão de “identidade” de uma “universidade católica”, eis o desafio destas linhas: aproximar tal identidade com o conceito de “exigência de transcendência” do filósofo francês Gabriel Marcel.<sup>1</sup> Assim, ressalta-se, primeiramente, que se trata de um ensaio, o qual será futuramente aprofundado.

Todo humano percebe em seu mais profundo ser um desejo de plenitude e de verdade, o qual Marcel nomeará de “exigência de transcendência”, compreendida como a apreciação mais nítida de todo esforço filosófico. Não podemos nos

---

<sup>1</sup> O filósofo francês Gabriel Marcel nasceu em Paris aos 7 de dezembro de 1889. Seu pai foi conselheiro de Estado, embaixador em Estocolmo e, por fim, diretor de Belas Artes e da Biblioteca Nacional; homem agnóstico e de vasta cultura, travou contato com artistas e pensadores de vários países. Sua mãe morreu quando Marcel iria completar 4 anos, fato que marcará profundamente toda a sua vida. Marcel foi educado pela avó e pela tia, judia convertida ao protestantismo, rodeando sua vida de um rígido moralismo. Era uma criança fraca e de extrema sensibilidade. Estudou Filosofia na Sorbonne e tinha uma grande afeição à música, ao teatro e à literatura. Desenvolveu com tão grande afinco essas artes que se tornou eminente dramaturgo e fecundo filósofo. Ao terminar o curso de Filosofia, defendeu sua primeira tese, em 1908, com o tema “A metafísica de Coleridge em suas relações com a filosofia de Schelling”. Aos 20 anos, exerce o magistério e se dedica também a uma intensa atividade artística, filosófica e literária, destacando-se como músico, dramaturgo e, especialmente, como filósofo. Nessa época, escreve vários artigos – críticas literárias e musicais – para diversas revistas. Em 1919, casou-se com Jacqueline Boegner, de origem protestante, inteligente colaboradora, cuja morte, em 1947, será para Marcel uma irreparável perda. Tendo uma educação agnóstica, em março de 1929, adere ao cristianismo na Igreja Católica. Após 12 anos de sua conversão, sua esposa também se converte ao catolicismo. Seu círculo de amizade conta com intelectuais como Gilson, Mauriac, Maritain, Claudel, Fessard, Chenu, de Lubac. O tempo de ocupação da Segunda Guerra Mundial e os anos que se seguem representam um período de maior expansão intelectual, principalmente na França. Nesse período, multiplica suas conferências, viajando para Alemanha, Estados Unidos, Noruega, Canadá, Japão, Espanha, Líbano, Brasil etc. Em 1949, ganha o prêmio de literatura da Academia Francesa. É eleito membro da Academia de Ciências Morais e Políticas. Muitas outras homenagens são-lhe prestadas: Prêmio Goethe, em 1956; Prêmio Nacional de Letras, em 1958; Prêmio Osiris, em 1963; Prêmio Erasmo, em 1969. Suas obras têm difusão internacional com traduções em diversas línguas. Em 8 de outubro de 1973, aos 83 anos, falece em Paris. Para aprofundamento da evolução de seu pensamento ao longo de sua vida, conferir sua autobiografia (MARCEL, 1971).

furtar à afirmação de que a própria existência se vislumbra como uma resposta à exigência de transcendência que cada ser humano traz em si. Ora, esse caráter fundamental explícita que é uma exigência que minha experiência comigo mesmo e com o mundo é ontológica e, portanto, transcendente.

Se se entende uma universidade, nos dizeres de Thomas Merton, como um “espaço de sentido” (MERTON, 2004, p. 14), torna-se patente que a identidade de uma universidade católica seja possibilitar à comunidade acadêmica um acesso ao transcendente, o qual se nos oferece sentido.

As reflexões aqui apresentadas são frutos da pesquisa de doutoramento em teologia<sup>2</sup> e, igualmente, das reflexões suscitadas no grupo de pesquisa Teologia, Gênero e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Teologia (mestrado e doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Essas discussões não esgotam o tema, mas pretendem suscitar questões com os leitores e outros pesquisadores.

## Uma identidade dialógica

A Igreja sempre teve viva consciência de que é parte integrante de sua missão o ato de educar. Hoje, num contexto em mudança, ela é convidada a revitalizar sua presença nos espaços de educação formal e nas novas modalidades da educação, fortalecendo a vocação e a missão de todos os sujeitos que estão aí envolvidos.

Desse modo, a Igreja é chamada a oferecer sua contribuição na sociedade, promovendo a cultura e, além disso, atender o mandado apostólico de “ensinar todos os povos” conforme Mt 28,20. Assim, a Igreja instaura por meio das universidades a “dimensão social da evangelização” pois, “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (FRANCISCO, 2013, 176). Este Reino também pode ser vislumbrado através da educação ou preparação profissional no sentido de que contribui para resgatar a dignidade da pessoa humana. A educação católica é, portanto, desafio importante para a Igreja e atenta ao mandato apostólico de ensinar todos os povos” (Mt 28,20). Portanto, a universidade católica – por meio de sua especificidade pedagógica – é um “sinal vivo e prometedor da fecundidade da inteligência cristã no coração de cada cultura” (JOÃO PAULO II, 1991, 2) e “[...] um dos melhores instrumentos que a Igreja oferece à nossa época, que procura certeza e sabedoria.” (JOÃO PAULO II, 1991,10).

Historicamente nascida no coração da Igreja, a universidade como tal busca respostas a um mundo que não se apresenta mais estável, previsível e definível;

---

<sup>2</sup> AZEVEDO, José André de. *A exigência de transcendência como preambulum fidei na Filosofia do Mistério de Gabriel Marcel*. Orientador: Clélia Peretti. 2018, 207f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

as mudanças sociais advindas a partir do século XII solicitaram, de certa maneira, outras possibilidades de leituras de mundo. Portanto, a “certidão de nascimento” das universidades – e leia-se aqui “universidades católicas” – pode ser considerada como uma resposta às novas situações e realidades.

Ao buscar o diálogo e a compreensão para as novas realidades, a universidade católica foi compreendendo e tecendo sua própria identidade, visto que a identidade não se arvora em uma espécie de “fóssil”, mas se nos apresenta como uma dinamicidade; não se trata de um “engessamento”, mas de uma saída, de um êxodo constante de si mesmo. Foi justamente pela necessidade de compreensão das temáticas advindas do “novo” que a Igreja compreendeu ainda mais uma de suas “notas”: a catolicidade<sup>3</sup> e, por conseguinte, a necessidade do diálogo. No tocante à catolicidade da Igreja, convém mencionar Gabriel Marcel ao comentar uma obra do Padre Yves-Congar, intitulada *Cristãos desunidos: princípios de um ecumenismo católico*:

Congar assinala em seu livro que se deve entender por catolicidade a universalidade da verdade, da redenção, de bens e dons espirituais e também universalidade no tempo; a universalidade dinâmica, na qual consiste a catolicidade entendida em seu corpo, emana diretamente da unidade e da unicidade da Igreja; e ambas traduzem o indissolúvel laço que une a Igreja Corpo Místico com a Igreja instituição. (MARCEL, 1940, p. 256)

Segundo Marcel, que reverbera a Tradição da Igreja, por catolicidade não se entende “uniformidade” ou fechamento, mas, primeiramente, abertura ao outro e ao seu mistério. “Abertura”: eis o “DNA” da identidade de uma universidade católica. Alguns, infelizmente, têm esquecido que a primeira condição para que uma universidade seja, de fato, “universidade católica”, necessita ser uma “universidade”, isto é, um espaço de investigação, pesquisa e serviço, um lugar de diálogo, de acolhida do diferente, do plural ou – sendo redundantes – do “universo”. Sobre isso, adverte-nos João Paulo II (1991, 12):

Toda a Universidade Católica, enquanto Universidade, é uma comunidade acadêmica que, de um modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais.

---

<sup>3</sup> Para uma compreensão do que o Magistério da Igreja enuncia por “catolicidade”, conferir o Catecismo da Igreja Católica, nn. 830-856.

Sendo uma instância eclesial, a universidade católica tem como missão a busca da verdade e do bem comum. Desse modo, a universidade reconhece a pedagogia evangélica, o fundamento das propostas pedagógicas e a via para o diálogo entre fé e razão.

De acordo com Territoni (2007), as “pedagogias” que se fundamentam na “pedagogia de Jesus” são:

- **Pedagogia do amor:** o amor é a alma do seu dinamismo formativo, visto ser a pessoa humana – e não um conceito ou doutrina – o objeto de sua atenção. Nesse sentido, a educação é uma obra de amor.
- **Pedagogia do empenho:** Jesus só ensina o que ele pessoalmente pratica: “Eu vos dei o exemplo” (Jo 13, 15).
- **Pedagogia da convivência:** ao chamar aqueles que Ele quis (Mc 3, 13), Jesus convida-os a um aprendizado de relações fraternas e concretas: “Vinde e vede” (Jo 1,39).
- **Pedagogia provocadora:** o ensinamento de Jesus aborda questões existenciais e, por isso, é profundamente instigante e penetrante; exige conversão, posicionamento radical, crítico e libertador (Mt 7, 14; 12, 30; Lc 12, 49; 14, 33; 16, 13; Jo 8, 36).
- **Pedagogia do diálogo:** o diálogo proposto por Jesus tem seu início, frequentemente, na descoberta de um ponto divergente entre Ele, o Mestre, e seus interlocutores. Ao responder, não se contenta em apresentar seu próprio ponto de vista, mas aceita confrontá-lo com aqueles que pensam diversamente dele. Jesus estabelece uma ponte de entendimento e de diálogo com as pessoas e as conduz até fazer brotar uma conclusão operacional, prática (Lc 10, 25-37).

Devemos ter em mente que as mudanças culturais e econômicas provocam instabilidades institucionais e, inclusive, liquidez das relações, segundo grandes teóricos. Bauman (2001), por exemplo, na sua obra *Modernidade líquida*, adverte que as relações e os comportamentos rápidos e fluidos do mundo contemporâneo são impactados pelo capitalismo globalizado.

A missão e a identidade da universidade católica hoje não podem se esquecer da proposta do Evangelho. Em uma sociedade plural, a educação e a evangelização são impactadas pelo desafio do diálogo, que exige compreensão da própria identidade e capacidade para se abrir a uma verdadeira e profunda relação de alteridade. Ainda: a universidade deve oportunizar, por meio do processo educativo e da busca constante da verdade, uma educação integral, a qual considere todas as dimensões do ser humano no seu processo de desenvolvimento.

Assim, uma educação integral prioriza o desenvolvimento das capacidades humanas, a formação de atitudes, competências humanas fundamentais direcionadas para a maturidade e a liberdade de escolha diante dos valores que orientam a vida.

De acordo com as Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, “a educação católica é o lugar mais apto para o diálogo entre a fé e a ciência e um ambiente privilegiado para o crescimento da fé” (CELAM, 1040). Nesse aspecto, a essência formativa da evangelização no desenvolvimento do ser humano integral revela seu caráter educativo. Assim, na perspectiva cristã, a concepção de educação é ampliada, uma vez que se traduz como espaço privilegiado para o desenvolvimento da missão evangelizadora da Igreja.

Em outras palavras, é parte integrante da missão da universidade católica oferecer à comunidade acadêmica certa “exigência de transcendência”, como postulava o filósofo Gabriel Marcel.

## **A exigência de transcendência segundo Gabriel Marcel**

De acordo com o filósofo Paul Ricouer, “[...] toda a originalidade de Marcel é a de ter tentado, ao lado das virtudes teológicas do cristianismo, de incidir certa apreensão da Transcendência como aparecido à pessoa, como transpessoal, como Tu Supremo.” (RICŒUR, 1947, p. 83). O próprio Marcel se reconhece como um “filósofo dos umbrais”, alguém em quem o pensamento se insere nos limites entre os que creem e os que não creem (MARCEL; RICŒUR, 1968, p. 82). Diante disso, pode-se perguntar: qual a contribuição do pensamento de Marcel para refletirmos a identidade da universidade católica?

Leitor criticamente atento à tradição metafísica, Gabriel Marcel oferece ao pensamento francês do século XX um novo *labor philosophicus*, cujo intento consiste em restituir à experiência sua densidade ontológica. Trata-se de interrogar a concretude da experiência no que de mais originário ela contém: a existência não pode ser objetivada, tratada como “coisa”. Há em toda realidade, na expressão preconizada por Marcel, certa “exigência de transcendência” (MARCEL, 1951, p. 47-66).

De modo amplo, o fio condutor que atravessa toda a contribuição teórica de Marcel é a temática da encarnação<sup>4</sup>, caracterizada por ele como o tema central de toda a metafísica. Desse modo, partindo da situação fundamental do homem como uma existência encarnada, isto é, como ser vinculado carnalmente à

---

<sup>4</sup> Para Gabriel Marcel, o ponto de partida de toda reflexão não é o pensamento ou mesmo a ideia; mas o ponto de referência de meu ser com todos os seres é a corporeidade, que ele designa como “encarnação”. A encarnação é um dado, ponto de referência, situação indubitável e campo gravitacional que me leva a pensar na existência; se se nega a encarnação, nega-se a si mesmo.

realidade concreta, Marcel explora substancialmente a ideia de uma participação ontológica mais ampla e profunda entre o humano e o mundo, eu e outrem. Essa aposta marceliana traduz-se na recusa de um mundo em que o “ter” prevalece sobre o “ser”, uma existência em que a aparência prevalece sobre a existência, uma cultura que instaura o excesso de racionalidade e objetividade. É a análise da existência que constitui a força motriz do pensamento marceliano.

O que entra em jogo nessa discussão é a interrogação radical sobre a existência humana, uma existência fragmentada e desumanizada, em que a técnica banuiu a experiência e o sentido de mistério. Por isso, aos olhos de Marcel, a tarefa de todo pensador – e podemos claramente indicar aqui, de toda universidade e de toda universidade católica – deve visar absolutamente uma filosofia do mistério,<sup>5</sup> uma vez que pensar deve ser o ato de “pensar em” (e não simplesmente “pensar que”), o que sugere uma relação com um “tu” e, de modo específico, a relação com o Tu Absoluto, o qual fundamenta e estrutura todas as relações.

Nesse aspecto, portanto, encontra-se a contribuição original do pensador francês: o pensamento ocidental, de certa maneira, não foi capaz de realizar esse salto para aquilo que nomeou “metaproblemático”, quer dizer, para o âmbito de uma experiência genuinamente mais abrangente, fecunda, inesgotável e, por isso mesmo, misteriosa; assim, permaneceu restrito a uma abordagem pura e simples da realidade. É papel, portanto, da filosofia e, claro, de todo processo educativo, que consideremos a realidade como uma exigência de transcendência.

É imprescindível ressaltar que a exigência de transcendência não se has-teia em uma conclusão lógica das reflexões propostas por Marcel, ou seja, “[...] trata-se de desenraizar a interpretação segundo a qual a necessidade metafísica não é mais que uma curiosidade transcendente; ela é, antes, um apetite, o apetite do ser” (MARCEL, 1927, p. 279). A apetecibilidade é – se se pode usar tal expressão – uma “condição” humana. Prova desse “apetite do ser” é o pensamento mesmo, que é transcendência sobre o dado imediato, visto que “todo pensamento transcende o imediato” (1935, p. 52). Pensar e pensar-se é oferecer ao indubitável não mediatizado (que se pode considerar como nossa relação corporal com a realidade, ou seja, a encarnação) um “ir além de si mesmo”, um ultrapassar-se, um *saltus*. Assim, a existência não é um “confinamento”, mas uma abertura ao ser, pois somente pode haver ser onde há transcendência.

<sup>5</sup> Na acepção marceliana, “mistério” não se trata do incognoscível ou do “escondido”; mistério é aquilo que “fundamenta”. Nos dizeres de Marcel (1940, p. 198), o mistério “[...] não é interpretado como o fazem os agnósticos, a saber, como uma lacuna do conhecimento ou como um vazio a ser preenchido, mas totalmente ao contrário, como uma plenitude, inclusive acrescentaria, como expressão de uma vontade, de uma exigência tão profunda que se desconhece ela mesma e se trai constantemente, forjando-se falsas certezas, todo um saber ilusório que, contudo, não lhe basta e, por isso, lhe quebranta, prolongando deste modo o impulso ao qual cedeu para inventá-las.”

Desse modo, não é exagero de nossa parte afirmar que há certa exigência de transcendência e de invocação<sup>6</sup> no mais profundo de nosso ser e na realidade que nos cerca. Disso se justifica a afirmação de Marcel (1935, p. 49):

[...] a onipresença do ser, a imanência do pensamento ao ser, a transcendência do ser ao pensamento, reconhece que o pensamento, tal como é, se refere a alguma coisa que o ultrapassa e que não pode resolver em si sem trair a verdadeira natureza.

Por conseguinte, “o pensamento não é, de nenhum modo, relação consigo mesmo; ele é, ao contrário, por essência, *self transcendência*” (MARCEL, 1935, p. 40). Por outro lado, apontar apenas a possibilidade de transcendermos o imediato pelo pensamento é apontar “meia verdade”. Um pensamento que transcenda apenas a si mesmo – isto é, que nos retira da esfera do que podemos nomear como indubitável não mediatizado – ainda não se desvinculou do que Marcel chama *Reflexão Primeira*, um nível de reflexão que se estabelece nos meandros da objetividade.<sup>7</sup>

A finalidade do pensamento de Marcel consistia em desnudar a impostura do mundo moderno e afirmar a transcendência. Em outras palavras: descrever o fracasso do mecanismo da tecnocracia como fonte de felicidade e sentido e devolver à experiência humana seu peso ontológico (MARCEL, 1935, p. 149). A tensão trágica em que está mergulhado o humano é o motor essencial da exigência de transcendência, e é essa insatisfação o *impulsus* desse *saltus*, dessa saída de si mesmo: “Notemos, em primeiro lugar, que a exigência da transcendência se apresenta, se sente, antes de qualquer coisa, como insatisfação” (MARCEL, 1951, p. 50).

O não fechamento em si mesmo, o não ensimesmamento do pensamento é aquilo que o autor francês nomeou por *pensamento pensante*, o qual não é mais que o reconhecimento da transcendência do ser, transcendência que é, por sua vez, fonte de toda vida. Dessa maneira, o pensar proposto por Marcel não é senão o esforço reflexivo por captar a pletórica experiência do ser, que não é uma experiência no sentido que poderia dar o idealismo (tanto empirista como

<sup>6</sup> O termo “Invocação”, em Marcel, deve ser compreendido como a busca de uma relação e de um posicionar-se *diante de*. Somente há comunicação entre os seres quando eles se apresentam, um ao outro, em segunda pessoa, ou seja, somente na intersubjetividade.

<sup>7</sup> Para Gabriel Marcel, a reflexão se nos apresenta em níveis ou graus: *Reflexão Primeira* e *Reflexão Segunda*. A Reflexão Primeira é aquela do imediato, que trata a realidade e as coisas no nível da objetividade. Por sua vez, a Reflexão Segunda (também nomeada por Marcel de *Reflexão à Segunda Potência* ou *Reflexão Recuperadora*) trata-se do modo como o pensamento transcende a si mesmo, passando do campo da objetividade e adentrando no campo da ontologia, do “encontro” com o ser. A Reflexão Segunda é o pensamento filosófico por excelência, é o ato de “pensar em” e não “pensar que”.

racionalista), mas sim uma experiência total, que envolve todo o nosso ser e que, longe de ser uma pura passividade, é um verdadeiro ato pessoal, um ato de essência criadora.

A transcendência, portanto, não se erige e não se impõe como um caminho pelo qual alguém se distancia da experiência (MARCEL, 1951, p. 64). Ao contrário, é um certo ultrapassar da experiência; melhor dizendo: é a plenitude da própria experiência.

Marcel leva-nos a uma *busca* e nunca a um *sistema pronto e estabelecido*, no qual o trabalho do pensador seria condicionado apenas ao questionamento sobre o já definido, ou seja, a uma ordem de *pensamento pensado*. Nessa perspectiva, ao presumir que o exercício de pensamento é essencialmente aberto e ainda que o humano se defronta com um mundo em constante ruptura pelo fato de que se confunde com a técnica, Marcel avalia que, no contexto de um mundo caótico, emerge certa exigência ontológica, certo “apetite do ser”, como já mencionamos. Essa exigência tão-somente põe a nu o fato de que há um movimento de transcendência inscrito no âmbito da situação humana.

Segundo Marcel, o primeiro passo para falarmos de transcendência consiste na compreensão desse conceito, que se tornou “inflacionado” em vista do abuso do termo pela filosofia alemã moderna e por alguns pensadores franceses inspirados diretamente por ela. Para Marcel, transcender não se trata apenas de ultrapassar; por isso, em um primeiro momento, ele irá se apoiar na visão clássica de *transcendente* e *imane*nte. Ao criticar a visão de transcendência como ultrapassar, perceberemos que criticará a concepção sartreana de *projeto*:

Assinalarei, em primeiro lugar, que transcender não significa simplesmente ultrapassar, pois existem modos de ultrapassar aos quais não convém, de modo algum, o termo “transcender” [...] devemos dizer o mesmo do ultrapassar temporal e, em especial, do “projeto” que tanta importância possui no pensamento de Sartre. Encontramos aqui com uma espécie de ampliação do sentido das palavras que não parece legítima e, quanto menos, enganosa. Parece-me infinitamente preferível ter presente a oposição tradicional entre imanente e transcendente tal como aparece nos tratados de metafísica e teologia. (MARCEL, 1951, p. 47)

Somente a partir de certo “retorno” à acepção clássica entre “transcendência” e “imanência”, pode-se compreender o *transcender* como ultrapassar, mas não um ultrapassar espaço-temporal; é um ultrapassar que o pensador francês nomeará como “horizontal” e “vertical”: “Inclusive proporei, apesar das objeções que esta postura inevitavelmente suscitará, manter uma distinção entre o ultrapassar horizontal e o ultrapassar vertical.” (MARCEL, 1951, p. 48). O que Marcel

propõe, trata-se de observar, na dinâmica da transcendência, uma plenitude do ser, plenitude de sua própria imanência e, igualmente – por mais paradoxal que possa parecer –, uma transcendência de sua própria transcendência, pois, na realidade, “[...] as determinações de alto e baixo aparecem de todas as formas como fundamentais, ligadas de alguma maneira a nosso modo de existência enquanto seres encarnados.” (MARCEL, 1951, p. 49).

Ao reconsiderar criticamente a noção de transcendência e a exigência que ela deve cumprir, Marcel chama a atenção de que se deve levar em conta o ato de situá-la em relação com a vida e de como ela é vivida, e não mediante uma definição que a colocaria em uma espécie de éter rarefeito do pensamento puro. Em Marcel, o método para pensar desloca-se da vida para o pensamento. Mergulhar no pensamento, e dele não sair, é não pensar o mundo, a vida, a experiência e tudo o que possibilita relação, é um suicídio filosófico sem precedentes (MARCEL, 1951, p. 49). Nesse contexto, em primeiro lugar, o termo “exigência da transcendência” deve ser entendido como algo que se apresenta, que se sente, antes de qualquer coisa, como insatisfação.<sup>8</sup> A partir dessa “sede de transcendência” e da afirmação de que, em Marcel, experiência e ontologia podem estar unidas ante o dado da encarnação, é possível vislumbrar a transcendência como experiência? Se sim, ela não ficaria reduzida ao imanente? Para Marcel:

[...] a experiência não é um objeto e, assumo aqui [...] o termo objeto em sua acepção etimológica, a mesma de *Gegenstand*: algo que está situado diante de mim, frente a mim [...]. O termo “transcendente” não é apenas o que transcende a experiência, senão que, pelo contrário, deve-se fazer uma experiência de transcendência enquanto tal. Somente assim tem sentido a palavra. Desde já, não ocultarei que à primeira vista tal afirmação corre o risco de parecer contraditória, porém o certo é que isto ocorre somente por nossa tendência a formarmos, sem darmos conta, uma ideia muito restrita da experiência. (MARCEL, 1951, p. 55)

Experiência, em Marcel, nunca é apenas um “viver”, apenas um realizar algo “em carne e osso”. Segundo Silva (2017, p. 861), experiência “é o espírito mesmo exercendo sua atividade”, ou seja, quando o humano se apresenta como “verdadeiramente” humano – e não demasiadamente humano –; diante da própria existência está no nível da experiência; experimentar não se trata de um simples e puro “provar”, mas de um mergulho na “essencialidade” da existência.

<sup>8</sup> Convém indicar, segundo Marcel, que toda exigência da transcendência se apresenta como insatisfação, mas o seu contrário não é verdadeiro: “Notemos, em primeiro lugar, que a exigência da transcendência se apresenta, se sente, antes de qualquer coisa, como insatisfação. Porém, o contrário não parece ser certo; não parece que tenhamos direito a dizer que toda insatisfação implica aspirar à transcendência.” (MARCEL, 1951, p. 50).



Este livro, fruto de sólida experiência dos pesquisadores e de profundos estudos sobre direitos humanos e práticas inclusivas, lança luz sobre os diversos desafios enfrentados pelos educadores e pela comunidade diante da efetivação de práticas inclusivas entre as pessoas com deficiência. A efetivação dos processos inclusivos, a atuação profissional da pessoa com deficiência, a promoção da dignidade da pessoa humana, a defesa e a garantia dos direitos humanos são deveres que necessitam ser observados e garantidos pelo Estado.

Esta obra destina-se aos diversos núcleos sociais, uma vez que compreende seus universos e particularidades. A escola, no contexto da pandemia da Covid-19, sofreu inúmeros impactos, afastou, delimitou e, em alguns casos, negou o direito à educação para grupos denominados populações em situação de vulnerabilidade. É urgente refletir sobre as políticas públicas de educação que contemplem a questão ambiental na perspectiva interdisciplinar e intercultural com foco na bioética e nos direitos humanos.

O mundo pós-pandemia é um novo mundo, que se evidencia por desafios tanto na função social da educação, que tem um papel de promoção da emancipação e autonomia por meio dos saberes dos seus agentes (alunos/professores), quanto no enfrentamento de questões socioeducacionais, tecnológicas, práticas interdisciplinares, que por muito tempo foram invisibilizadas, sobretudo o acesso, a permanência e a terminalidade das populações que denominamos vulneráveis, como negras, indígenas, pessoas com deficiências etc. Portanto, as reflexões aqui apresentadas possibilitarão, com empatia e solidariedade, estratégias fundamentais para o respeito da dignidade humana.

